



Editorial

Difícil, mas indispensável

N o mesmo dia em que se soube que o País voltou a recuar dois lugares em termos de competitividade global da sua economia, iniciou-se o processo de auscultação dos parceiros sociais por parte do Governo quanto à reforma do IRC. O ponto central, que qualquer pessoa de bom senso destaca, é a futilidade de mexer num código sem que se criem as condições políticas e sociais que permitam passá-lo à prática com estabilidade durante um período alargado. Isto é, a reforma do IRC, tal como qualquer mudança de fundo no âmbito fiscal, só induz um ganho de confiança dos investidores se vier associada a uma longa trégua política neste campo que ponha as novas disposições fiscais ao abrigo de piruetas e surpresas de mudança de orientação com a eleição de novos executivos.

Pedir essa convergência de posições é sempre mais fácil para quem se encontra na mó de cima. Se as coisas correm bem, quem governa tira sempre maior partido dos benefícios; se correm mal, é sempre possível diluir as responsabilidades por quem alinhou com o Governo, mesmo estando na oposição. O assalto ao bolso do rendimento das pessoas singulares (IRS), ocorrido em 2013, bem pode explicar-se por imperativo orçamental incontornável e inadiável; mas aumentou muito o fosso de acrimónia entre o PS e a maioria, esse mesmo fosso que precisa de ser agora fechado, se se quiser chegar a bom porto na reforma pactuada do IRC.

A retoma do investimento é o calcanhar de Aquiles da recuperação conjuntural em Portugal e é, simultaneamente, reveladora do grau de reconhecimento e validação por parte dos investidores em todo o mundo das reformas de fundo na nossa economia. Sem um código aceite por todos os que podem ter responsabilidades de Governo na próxima década, o novo IRC arrisca-se a ser um nado-morto, falhando a sua função crucial de angariar a tão necessária confiança dos investidores.

Ainda os 'swaps'

O ex-presidente da Carris foi ontem ao Parlamento acusar o Governo de ter politizado a polémica dos contratos *swap*. Sendo factualmente verdadeiro que a polémica tem sido utilizada como arma de arremesso político, não é menos verdade que muito do que aqui está em causa é o apuramento do princípio da responsabilidade política sobre estes contratos. E essa é indiscutível.

Aquilo a que temos assistido desde que a comissão de inquérito parlamentar iniciou os seus trabalhos, além do inevitável jogo de passa-culpas, é a um exercício de desresponsabilização por parte dos reguladores. É um facto que existe um vazio legal no que à regulação diz respeito, por, como sublinhou o presidente da CMVM, as empresas públicas serem "investidores qualificados". O problema é que, sendo estes contratos de risco assentes numa lógica de casino, e sendo manifesto que os gestores públicos, muitas vezes, nem sabem o que estão a assinar, é obrigatório que a regulação exista e seja competente, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, nos escândalos do BPN ou do BPP. E é fundamental, estando nós a falar da aplicação do dinheiro dos contribuintes, que acautelemos que este não seja investido em operações de natureza especulativa.